

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS N.º 016/2017

Termo de Contrato de Fornecimento de Bens
celebrado entre o Departamento Estadual de
Trânsito – DETRAN/RS e BRASIL-TRAN INDÚSTRIA
DE LACRES LTDA EPP.

Contrato celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, Autarquia estadual criada pela Lei Estadual n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, sito na Avenida Julio de Castilhos, n.º 505, nesta Capital, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Sr. Ildo Mário Szinvelski, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 234.709.920-53, RG nº 6011481931, doravante denominado CONTRATANTE, BRASIL-TRAN INDÚSTRIA DE LACRES LTDA EPP, sito na Rua Itajaí, 3.319 – Bairro Vorstadt – Blumenau/SC – CEP: 89.015-201, inscrito no Ministério da Fazenda sob o n.º 85.184.828/0001-08, representada neste ato por Paulo Roberto de Souza, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 218.102.579-72, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo nº 000377-24.44/17-4, Pregão Eletrônico, edital nº 0346/2017, regendo-se pela Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, subsidiada pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999, Decreto Estadual nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002, Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, Decreto Estadual nº 42.434, de 09 de setembro de 2003, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato visa à aquisição de 1.000.000 (um milhão) de lacre de Identificação para Placa Automotiva conforme condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do referido contrato.

1.2. As condições de fornecimento são as estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

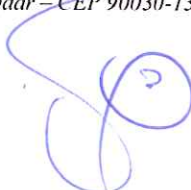
1.3. Este contrato vincula-se ao Edital identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço para o presente ajuste é de R\$ 279.000,00 (Duzentos e setenta e nova mil reais), constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes

DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte programação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 44.01	Atividade/Projeto: 4715
Elemento: 3.3.90.30	Recurso: 8000
Rubrica : 3002	Empenho nº 17003126469
Data do Empenho: 27/07/2017	

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O prazo para o fornecimento dos bens será de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da autorização de serviço, e deverá ser entregue de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

4.2. A autorização do serviço somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do Contrato no Diário Oficial do Estado.

4.3. O prazo de duração do contrato se encerra com o aceite definitivo do objeto, após a entrega final, dentro do período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1. O objeto do presente contrato tem garantia conforme Edital e suas especificações ou garantia de fábrica, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso, contados da efetiva entrega e instalação dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 dias mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Nota Fiscal Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento do fornecimento executado.

6.2. O contratado não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento definitivo do objeto por parte do contratante.

6.3. Para os fornecimentos beneficiados por isenção de ICMS com fundamento no inciso CXX, art.9º do Decreto estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverá ser feita a indicação do valor do desconto e do respectivo número do empenho no documento fiscal, conforme nota 03 do mesmo inciso.

6.4. A contagem do prazo para pagamento, estando o material devidamente entregue e toda a documentação completa e de acordo com as cláusulas deste contrato, iniciará somente quando da abertura do expediente de pagamento no órgão que emitiu a nota de empenho ou o contrato.

6.5. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.5.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.

6.6. Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

6.6.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado junto ao CADIN/RS, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.6.2. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.7. O contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta.

8.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = PO \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

PO = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA₀ = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.



CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Entregar o bem de acordo com as especificações do edital de licitação;

10.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

10.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

10.4. Fornecer os materiais acompanhados de manuais, especificações e acessórios necessários a sua utilização se houver, e prestar esclarecimentos e informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE;

10.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições; e

10.6. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

10.7. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais; e

10.8. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.9. Executar o fornecimento conforme especificações e condições contidas no ANEXO I - Termo de Referência e de sua proposta.

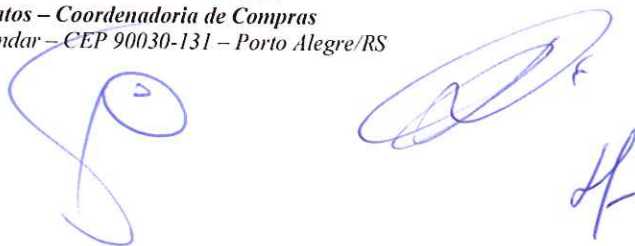
10.10. Atender integralmente o Edital.

10.11. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento e nem onera o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Efetuar o pagamento ajustado;

11.2. Fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art.67, da Lei Federal 8.666/93; e



11.3. Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

11.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.6. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

11.7. Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.8. Pagar o contratado o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

12.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o contratado que:

- 12.2.1. Apresentar documentação falsa;
- 12.2.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 12.2.3. Falhar na execução do contrato;
- 12.2.4. Fraudar a execução do contrato;
- 12.2.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 12.2.6. Cometer fraude fiscal.

12.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:

- 12.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de fornecimento;
- 12.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidas no contrato.

12.4. A falha na execução do contrato estará configurada quando o contratado descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.10.

12.5. Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.

12.6. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.6.1. Multa:



12.6.1.1. Compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

12.6.1.2. Moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 dias.

12.6.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.

12.7. As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.

12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.

12.9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao contratado.

12.9.1. Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.

12.9.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica o contratado obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.11. A aplicação de sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

12.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.

12.13. As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao contratado o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. O contratado reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.



13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 13.4.1. Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado ao contratado:

- 14.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. Interromper a execução do fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

17.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

17.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

17.3. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei estadual nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto estadual nº 36.888/1996.

17.4. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.



18.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2017.

Ildo Mário Szinvelski
Diretor-Geral DETRAN/RS.

Paulo Roberto de Souza
BRASIL-TRAN INDÚSTRIA DE LACRES LTDA EPP.

Testemunhas:

Marcão Rodrigues Moreira
Analista - Administração
DETRAN/RS ID: 3230241

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LIC

FAMILIA : 515 EQUIPAMENTOS/MATERIAIS DE SEGURANCA E PROTECAO COD. ESPECIFICACAO DO MATERIAL

-- LOTE 0001 -- 515.456.0022

LACRE; TIPO LACRE: IDENTIFICACAO; USO: P/PLACA AUTOMOTIVA; MATERIAL: POLIETILENO/POLIPROPILENO/POLICARBONATO; COR: LARANJA; MODELO: DETRAN; TEMPERA: MOLE; GRAVACAO: ALTO RELEVO; FORNECIMENTO: EMBALAGEM C/100UN

----- LACRE PARA PLACAS AUTOMOTIVAS, EM MATERIAL SINTETICO VIRGEM (POLIETILENO, POLIPROPILENO OU POLICARBONATO) NA COR LARANJA QUE PERMITA A PASSAGEM DE ARAME DE LACRACAO 3XBWG 22 (TEMPERA MOLE), COM GRAVACAO EM ALTO RELEVO DOS DIZERES "DETRAN/RS" E, NA MESMA FACE, NO CORPO DO LACRE (CAPSULA), CODIFICACAO NUMERICA SEQUENCIAL, COMPOSTA DE NOVE DIGITOS NUMERICOS E UM DIGITO VERIFICADOR CALCULADO SEGUNDO O MODULO 11, GRAVADA A LASER OU ESTAMPADA DE MODO INDELEVEL, INICIANDO DE ACORDO COM NUMERACAO INFORMADA PELO DETRAN/RS ESSA CODIFICACAO TAMBEM DEVERA SER GRAVADA NA LAMINA DO LACRE. O LACRE DEVERA SER COMPOSTO DE LAMINA E CAPSULA UNIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS COM 100 (CEM) UNIDADES.

* OS LACRES DEVERAO SER ENTREGUES DIRETAMENTE NOS CRVAS (FRETE CIF) CENTROS DE REGISTRO DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATUALMENTE LOCALIZADOS NAS SEGUINTES CIDADES:

AGUDO/RS; AJURICABA/RS; ALECRIM/RS; ALEGRETE/RS; ALEGRIA/RS; AMARAL FERRADOR/RS; AMETISTA DO SUL/RS; ANTA GORDA/RS; ANTONIO PRADO/RS; ARATIBA/RS; ARROIO DO MEIO/RS; ARROIO DO TIGRE/RS; ARROIO GRANDE/RS; ARVOREZINHA/RS; AUGUSTO PESTANA/RS; BAGE/RS; BARAO/RS; BARROS CASSAL/RS; BENTO GONCALVES/RS; BOA VISTA DO BURICA/RS; BOM JESUS/RS; BOM PRINCIPIO/RS; BOM RETIRO DO SUL/RS; BOQUEIRAO DO LEAO/RS; BROCHIER/RS; BUTIA/RS; CACAPAVA DO SUL/RS; CACHOEIRA DO SUL/RS; CACHOEIRINHA/RS; CAIBATE/RS; CAMAQUA/RS; CAMPINA DAS MISSOES/RS; CAMPO BOM/RS; CANDELARIA/RS; CANDIOTA/RS; CANELA/RS; CANGUCU/RS; CANOAS/RS; CAPAO DA CANOA/RS; CAPAO DO LEAO/RS; CARAZINHO/RS; CARLOS BARBOSA/RS; CASCA/RS; CAXIAS DO SUL/RS; CERRO GRANDE DO SUL/RS; CERRO LARGO/RS; CHAPADA/RS; CHARQUEADAS/RS; CHIAPETTA/RS; CIRIACO/RS; CONSTANTINA/RS; CRISSIUMAL/RS; CRISTAL/RS; CRUZ ALTA/RS; CRUZEIRO DO SUL/RS; DAVID CANABARRO/RS; DOIS IRMAOS/RS; DOIS LAJEADOS/RS; DOM FELICIANO/RS; DOM PEDRITO/RS; ELDORADO DO SUL/RS; ENCANTADO/RS; ENCRUZILHADA DO SUL/RS; ENTRE IJUIS/RS; ERECHIM/RS; ESPERANCA DO SUL/RS; ESPUMOSO/RS; ESTANCIA VELHA/RS; ESTEIO/RS; ESTRELA/RS; FAGUNDES VARELA/RS; FARROUPILHA/RS; FAXINAL DO SOTURNO/RS; FELIZ/RS; FLORES DA CUNHA/RS; FONTOURA XAVIER/RS; FREDERICO WESTPHALEN/RS; GARIBALDI/RS; GAURAMA/RS; GETULIO VARGAS/RS; GIRUA/RS; GRAMADO/RS; GRAVATAI/RS; GUAIBA/RS; GUAPORE/RS; GUARANI DAS MISSOES/RS; HARMONIA/RS; HORIZONTINA/RS; HUMAITA/RS; IBIRAIARAS/RS; IBIRUBA/RS; IGREJINHA/RS; IJUI/RS; IMBE/RS; INDEPENDENCIA/RS; ITACURUBI/RS; ITAQUI/RS; IVOTI/RS; JAGUARAO/RS; JAGUARI/RS; JAQUIRANA/RS; JULIO DE CASTILHOS/RS; LAGOA VERMELHA/RS; LAJEADO/RS; LIBERATO SALZANO/RS; MACHADINHO/RS; MANOEL VIANA/RS; MARAU/RS; MARIANA PIMENTEL/RS; MARQUES DE SOUZA/RS; MONTENEGRO/RS; MORRO REDONDO/RS; MUCUM/RS; NAO-ME-TOQUE/RS; NONOAI/RS; NOVA BASSANO/RS; NOVA PETROPOLIS/RS; NOVA PRATA/RS; NOVA SANTA RITA/RS; NOVO HAMBURGO/RS; OSORIO/RS; PALMARES DO SUL/RS; PALMEIRA DAS MISSOES/RS; PANAMBI/RS; PARAI/RS; PAROBE/RS; PASSO FUNDO/RS; PAVERAMA/RS; PEDRO OSORIO/RS; PELOTAS/RS; PICADA CAFE/RS; PINHEIRO MACHADO/RS; PIRATINI/RS; PLANALTO/RS; PORTAO/RS; PORTO ALEGRE/RS; PORTO LUCENA/RS; PORTO XAVIER/RS; PROGRESSO/RS; QUARAI/RS; RELVADO/RS; RESTINGA SECA/RS; RIO GRANDE/RS; RIO PARDO/RS; ROCA SALES/RS;



ROLANTE/RS; RONDA ALTA/RS; ROSARIO DO SUL/RS; SALTO DO JACUI/RS; SANANDUVA/RS; SANTA BARBARA DO SUL/RS; SANTA CRUZ DO SUL/RS; SANTA MARIA/RS; SANTA ROSA/RS; SANTA VITORIA DO PALMAR/RS; SANTANA DO LIVRAMENTO/RS; SANTIAGO/RS; SANTO ANGELO/RS; SANTO ANTONIO DA PATRULHA/RS; SANTO AUGUSTO/RS; SANTO CRISTO/RS; SAO BORJA/RS; SAO FRANCISCO DE ASSIS/RS; SAO FRANCISCO DE PAULA/RS; SAO GABRIEL/RS; SAO JERONIMO/RS; SAO JOSE DO NORTE/RS; SAO LEOPOLDO/RS; SAO LOURENCO DO SUL/RS; SAO LUIZ GONZAGA/RS; SAO MARCOS/RS; SAO MIGUEL DAS MISSOES/RS; SAO PEDRO DO SUL/RS; SAO SEBASTIAO DO CAI/RS; SAO SEPE/RS; SAPIRANGA/RS; SAPUCAIA DO SUL/RS; SARANDI/RS; SEGREDO/RS; SELBACH/RS; SERAFINA CORREA/RS; SOBRADINHO/RS; SOLEDADE/RS; TAPEJARA/RS; TAPERA/RS; TAQUARA/RS; TAQUARI/RS; TAVARES/RS; TENENTE PORTELA/RS; TEUTONIA/RS; TIRADENTES DO SUL/RS; TORRES/RS; TRAMANDAI/RS; TRES CACHOEIRAS/RS; TRES COROAS/RS; TRES DE MAIO/RS; TRES PASSOS/RS; TRIUNFO/RS; TUCUNDUVA/RS; TUPANCIRETA/RS; TUPANDI/RS; TUPARENDI/RS; URUGUAIANA/RS; VACARIA/RS; VENACIO AIRES/RS; VERA CRUZ/RS; VERANOPOLIS/RS; VIAMAO/RS; VILA MARIA/RS; VILA NOVA DO SUL/RS; ALVORADA/RS; CAMPO NOVO/RS; CATUIPE/RS; CORONEL BICACO/RS; JABOTICABA/RS; PALMITINHO/RS; PANTANO GRANDE/RS; SANTO ANTONIO DAS MISSOES/RS; SEBERI/RS; TIO HUGO/RS.

QTD TOT: 1000

UNI: mi

OBS:41

LACRE PARA PLACAS AUTOMOTIVAS

*O LICITANTE VENCEDOR DEVERA APRESENTAR, POR OCASIAO DA FIRMATURA DO CONTRATO A CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA INSCRITA NO DENATRAN COMO PRODUTORA DE LACRE PARA PLACAS AUTOMOTIVAS.

*O LICITANTE VENCEDOR DEVERA APRESENTAR AINDA, POR OCASIAO DA FIRMA TURA DO CONTRATO UMA AMOSTRA DO MATERIAL A SER ENTREGUE (MODELO) - MINIMO 10 (DEZ) UNIDADES, PARA ANALISE DO ORGAO ADQUIRINTE, A FIM DE QUE O MESMO SEJA INSPECIONADO E TESTADO, E ASSIM SER AFERIDA A SUA ADEQUACAO AOS EXATOS TERMOS DO EDITAL.

*O PRODUTO DEVE ATENDER OS TERMOS DA PORTARIA DO DENATRAN NUMERO 272/07 E DA RESOLUCAO DO CONTRAN NUMERO 231/07, ALTERADA PELA SIMILAR 241/07.

*O LICITANTE VENCEDOR DEVERA EFETUAR A ENTREGA DEFINITIVA DO PRODUTO (LACRE) EM LOCAL E QUANTITATIVOS A SER DEFINIDA PELO ORGAO REQUISITANTE.

DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS

ANEXO II - FORMA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A forma de execução/fornecimento dos lacres deverá permitir o constante controle/supervisão da logística por parte do DETRAN/RS, via sistema específico de lacres, em todas as entregas efetuadas pelo fornecedor aos CRVAs – Centro de Registro de Veículos Automotores.

A CONTRATADA deverá apresentar ainda, por ocasião da assinatura do contrato uma amostra do material a ser entregue (modelo) – mínimo (10) dez unidades, para análise do órgão adquirente, a fim de que o mesmo seja inspecionado e testado, e assim ser aferida a sua adequação aos exatos termos de edital.

O fabricante de lacres deverá acessar o sistema de veículos através de uma página web por URL que será disponibilizada. Para isto, deve ser usado um dos seguintes navegadores: Mozilla Firefox, versão 46 ou superior; Google Chrome, versão 50 ou superior; Microsoft Internet Explorer, versão 11 ou superior. A página inicial do sistema é a de login, na qual o usuário deve informar as suas credenciais do sistema de controle de acessos do Detran/RS recebidas na Divisão de Tecnologia da Informação - DTI, quais sejam: organização matrícula e senha. Os documentos necessários para o cadastramento junto ao Detran/RS e consequente acesso no sistema serão fornecidos pela Divisão de Tecnologia da Informação - DTI do Detran/RS.

A solicitação de envio de lacres dar-se-á de forma automática no sistema, toda vez que o estoque remanescente em cada CRVA atingir determinado percentual; a quantidade a ser fornecida será calculada pelo sistema com base nos históricos de consumo, com previsão para suprir o número de meses estipulado em parâmetros definidos pela Divisão de Registro de Veículos.

A CONTRATADA deverá efetuar a entrega definitiva do produto (lacre) em local e quantitativo a ser definida pelo órgão requisitante. Cabe ressaltar que os locais de entrega poderão ser alterados a qualquer momento, em função de encerramentos ou aberturas de CRVAs – o endereço completo do local de entrega será informado a cada novo pedido de fornecimento.

A CONTRATADA remeterá cada pedido no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do pedido de fornecimento/autorização do serviço, com a indicação do código de rastreamento e a previsão de entrega, motivada, automaticamente, pela respectiva solicitação via sistema (ambiente Web com identificação, cujo cadastro será realizado na contratação da prestação do serviço).

A Coordenadoria de Apoio Operacional irá monitorar as etapas do processo (solicitação, aprovação e recebimento no módulo de distribuição), tendo em vista a segurança necessária ao objeto do contrato, com o perfil adequado no sistema.

Após esse processo, o CRVA recebe a entrega, confere as numerações dos lacres e efetua o lançamento do recebimento no sistema.